



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO
Proc. Adm. nº 2110/2020 – INEXIGIBILIDADE N. 005/21

Inexigibilidade nº 05.Fis. 083

Coordenadora de Licitações e Contratos

TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 004/2021

PROC. ADM. Nº 2110/2020- INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 005/2021

TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 004/21, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SÃO JERÔNIMO/RS, E APAE- ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SÃO JERÔNIMO, PARA OS FINS QUE SE ESPECIFICA AUTORIZADO PELA LEI MUNICIPAL N. 3920/2021.

O Município de São Jerônimo, inscrito no CNPJ sob o nº 88.117.700/0001-01, neste ato representado pela Secretária de Governo, a Sra. Alessandra Streb Soares Azzi Araujo, designada pelo Sr. Prefeito através do Decreto Municipal nº 4890/18, pessoa jurídica de direito público, com sede à Rua Coronel Soares de Carvalho, 558, centro São Jerônimo/RS, CEP:96.700.000, doravante denominado Administração Pública e a Organização da Sociedade Civil a APAE- ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SÃO JERÔNIMO, CNPJ 07.795.019/0001-10, estabelecida na rua Alfredo Bonato n. 633, Bairro Bela Vista, São Jerônimo/RS, CEP: 96700-000, E-MAIL: saojeronimo@apaers.org.br, fone: 51-991999995, representada nesta ato pelo seu Presidente Srª. Ana Ercilia da Cunha Lopes, CPF 677.012.050-04, residente a rua Tenente Marcilio Domingues dos Santos, 44, Cidade Baixa, São Jerônimo/RS, CEP 96700-000, TEL 51-991999995, e-mail: ercilinha7@gmail.com, doravante denominada OSC, com fundamento na Lei Federal nº 13.019/2014, bem como nos princípios que regem a Administração Pública e demais normas pertinentes, celebram este Termo de Colaboração, autorizado pela Lei Municipal n. 3.920 de 13 de janeiro de 2021, na forma e condições estabelecidas nas seguintes cláusulas:

1. DO OBJETO

1.1. O presente Termo de Colaboração tem por objeto a parceria voluntaria com a APAE- ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SÃO JERÔNIMO, repassando um valor mensal para contribuição na manutenção da referida entidade e ampliação do número de atendimentos, conforme Plano de Trabalho.

2. DA TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA E CEDÊNCIA DE PESSOAL

2.1. A Administração Pública cederá 06 (seis) professores, 05 (cinco) estagiários e 01 (uma) servente, bem como o fornecimento de transporte escolar a todos os matriculados na instituição e repassará a OSC o valor mensal de R\$ 4.310,63 (quatro mil, trezentos e dez reais e sessenta e três centavos), totalizando em R\$ R\$ 51.727,56 (cinquenta e um mil, setecentos e vinte e sete reais e cinquenta e seis centavos).

2.2. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

Órgão: 08- Sec. Municipal de Educação
Unidade: 01 – Manutenção da Secretaria de Educação - SME
Proj./Ativ. 2.041 – Convênios com Entidades de Ensino
33504300 – Subvenções Sociais

2.3. Os repasses dos valores previstos no item 2.1, serão na conta bancária.

CONTA ESPECIFICA PARA O CONVÊNIO

BANCO-BANRISUL	AGÊNCIA	CONTA CORRENTE
	0400	06.851.9960-3

2.4. Em caso de celebração de aditivos, deverão ser indicados nos mesmos, os créditos e empenhos para cobertura de cada parcela da despesa a ser transferida.

2.5. Na ocorrência de cancelamento de Restos a Pagar, o quantitativo poderá ser reduzido até a etapa que apresente funcionalidade, mediante aprovação prévia da Administração Pública.



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO
Proc. Adm. nº 2110/2020 – INEXIGIBILIDADE N. 005/21

3. DA CONTRAPARTIDA DA OSC

3.1. A OSC contribuirá para a execução do objeto desta parceria com contrapartida consistente em:

I - A OSC ficará responsável pelo pagamento de demais gastos inerentes a permanência dos serviços prestados pela entidade.

4. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

4.1. Compete à Administração Pública:

I - Transferir os recursos à OSC de acordo com o Cronograma de Desembolso, em anexo, que faz parte integrante deste Termo de Colaboração e no valor nele fixado;

II - Fiscalizar a execução do Termo de Colaboração, o que não fará cessar ou diminuir a responsabilidade da OSC pelo perfeito cumprimento das obrigações estipuladas, nem por quais danos, inclusive quanto a terceiros, ou por irregularidades constatadas;

III - Comunicar formalmente à OSC qualquer irregularidade encontrada na execução das ações, fixando-lhe, quando não pactuado nesse Termo de Colaboração prazo para corrigi-lá;

IV - Receber, apurar e solucionar eventuais queixas e reclamações, cientificando a OSC para as devidas regularizações; ^{que}

V - Constatadas quaisquer irregularidades no cumprimento do objeto desta Parceria, a Administração Pública poderá ordenar a suspensão dos serviços, sem prejuízo das penalidades a que se sujeita a OSC, e sem que esta tenha direito a qualquer indenização no caso daquelas não serem regularizadas dentro do prazo estabelecido no termo da notificação;

VI - Aplicar as penalidades regulamentadas neste Termo de Colaboração;

VII - Fiscalizar periodicamente os contratos de trabalho que assegurem os direitos trabalhistas, sociais e previdenciários dos trabalhadores e prestadores de serviços da OSC;

VIII - Apreçar a prestação de contas final apresentada, no prazo de até cento e cinquenta dias, contado da data de seu recebimento ou do cumprimento de diligência por ela determinada, prorrogável justificadamente por igual período; e

IX - Publicar, às suas expensas, o extrato deste Termo de Colaboração na imprensa oficial do Município.

4.2. Compete à OSC:

I - Utilizar os valores recebidos de acordo com o Plano de Trabalho aprovado pela Administração Pública, observadas as disposições deste Termo de Colaboração relativas à aplicação dos recursos;

II - Responder exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relativos ao funcionamento da instituição e ao adimplemento deste Termo de Colaboração, não se caracterizando responsabilidade solidária ou subsidiária da Administração Pública pelos respectivos pagamentos, nem qualquer oneração do objeto da parceria ou restrição à sua execução;

III - Prestar contas dos recursos recebidos nos termos da Lei Federal nº 13.019/2014, nos prazos estabelecidos neste instrumento;

IV - Indicar ao menos 1 (um) dirigente que se responsabilizará, de forma solidária, pela execução das atividades e cumprimento das metas pactuadas na parceria;

V - Executar as ações objeto desta parceria com qualidade, atendendo o público de modo gratuito, universal e igualitário;

VI - Manter em perfeitas condições de uso os equipamentos e os instrumentos necessários para a realização dos serviços e ações pactuadas, através da implantação de manutenção preventiva e corretiva predial e de todos os instrumentais e equipamentos;

VII - Responder, com exclusividade, pela capacidade e orientações técnicas de toda a mão de obra necessária à fiel e perfeita execução desse Termo de Colaboração;

VIII - Manter contrato de trabalho que assegure direitos trabalhistas, sociais e previdenciários aos seus trabalhadores e prestadores de serviços;

IX - Responsabilizar-se, com os recursos provenientes do Termo de Colaboração, pela indenização de dano causado ao público, decorrentes de ação ou omissão voluntária, ou de negligência, imperícia ou imprudência, praticados por seus empregados;

X - Responsabilizar-se por cobrança indevida feita ao público, por profissional empregado ou preposto, em razão da execução desse Termo de Colaboração;

XI - Responsabilizar pelo espaço físico, equipamentos e mobiliários necessários ao desenvolvimento das ações objeto desta parceria;

XII - Disponibilizar documentos dos profissionais que compõe a equipe técnica, tais como: diplomas dos profissionais, registro junto aos respectivos conselhos e contrato de trabalho.



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO
Proc. Adm. nº 2110/2020 – INEXIGIBILIDADE N. 005/21

Inexigibilidade nº 05 Fis 082

88
Licitações e Contratos

XIII – Garantir o livre acesso dos agentes públicos, em especial aos designados para a comissão de monitoramento e avaliação, ao gestor da parceria, do controle interno e do Tribunal de Contas relativamente aos processos, aos documentos e às informações referentes a este Termo de Colaboração, bem como aos locais de execução do objeto;

XIV – Aplicar os recursos recebidos e eventuais saldos financeiros enquanto não utilizados, obrigatoriamente, em instituição financeira oficial indicada pela Administração Pública, assim como as receitas decorrentes, que serão obrigatoriamente computadas a crédito deste Termo de Colaboração e aplicadas, exclusivamente, no objeto de sua finalidade, devendo constar de demonstrativo específico que integrará as prestações de contas; e

XV – Restituir à Administração Pública os recursos recebidos quando a prestação de contas for avaliada como irregular, depois de exaurida a fase recursal, se mantida a decisão, caso em que a OSC poderá solicitar autorização para que o ressarcimento ao erário seja promovido por meio de ações compensatórias de interesse público, mediante a apresentação de novo plano de trabalho, conforme o objeto descrito no neste Termo de Colaboração e a área de atuação da organização, cuja mensuração econômica será feita a partir do plano de trabalho original, desde que não tenha havido dolo ou fraude e não seja o caso de restituição integral dos recursos;

XVI – a responsabilidade exclusiva pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal.

4.2.1. Caso a OSC adquira equipamentos e materiais permanentes com recursos provenientes da celebração da parceria, estes permanecerão na sua titularidade ao término do prazo deste Termo de Colaboração, obrigando-se a OSC agravá-lo com cláusula de inalienabilidade, devendo realizar a transferência da propriedade dos mesmos à Administração Pública, na hipótese de sua extinção.

5. DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS

5.1. O Plano de Trabalho deverá ser executado com estrita observância das cláusulas pactuadas neste Termo de Colaboração, sendo vedado:

I - pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria;

II - modificar o objeto, exceto no caso de ampliação de metas, desde que seja previamente aprovada a adequação do plano de trabalho pela Administração Pública;

III - utilizar, ainda que em caráter emergencial, recursos para finalidade diversa da estabelecida no plano de trabalho;

IV - pagar despesa realizada em data anterior à vigência da parceria;

V - efetuar pagamento em data posterior à vigência da parceria, salvo quando o fato gerador da despesa tiver ocorrido durante sua vigência;

VI - realizar despesas com:

a) multas, juros ou correção monetária, inclusive referentes a pagamentos ou a recolhimentos fora dos prazos, salvo se decorrentes de atrasos da Administração Pública na liberação de recursos financeiros;

b) publicidade, salvo as previstas no plano de trabalho e diretamente vinculadas ao objeto da parceria, de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal; e

c) pagamento de pessoal contratado pela OSC que não atendam às exigências do art. 46 da Lei Federal nº 13.019/2014.

5.2. Os recursos recebidos em decorrência da parceria deverão ser depositados em conta corrente específica na instituição financeira pública determinada pela Administração Pública.

5.3. Os rendimentos de ativos financeiros serão aplicados no objeto da parceria, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.

5.4. Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à Administração Pública no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente da Administração Pública.

5.5. Toda a movimentação de recursos no âmbito da parceria será realizada mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária.

5.6. Os pagamentos deverão ser realizados mediante crédito na conta bancária de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviços, exceto se demonstrada a impossibilidade física de pagamento mediante transferência eletrônica, caso em que se admitirá a realização de pagamentos em espécie.



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO
Proc. Adm. nº 2110/2020 – INEXIGIBILIDADE N. 005/21

6. DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

6.1 A prestação de contas deverá ser efetuada nos seguintes prazos:

- a) mensalmente, até o décimo dia útil do mês subsequente ao da transferência dos recursos pela Administração Pública;
- b) até 10 dias do término de cada exercício (se a duração da parceria exceder um ano);
- c) e até 10 dias a partir do término da vigência da parceria.

6.2 A prestação de contas final dos recursos recebidos, deverá ser apresentada com os seguintes relatórios:

- I - Relatório de Execução do Objeto, assinado pelo seu representante legal, contendo as atividades desenvolvidas para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados, a partir do cronograma acordado, anexando-se documentos de comprovação da realização das ações;
- II - Relatório de Execução Financeira, assinado pelo seu representante legal, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas;
- III - Original ou cópias reprográficas dos comprovantes da despesa devidamente autenticadas em cartório ou por servidor da administração, devendo ser devolvidos os originais após autenticação das cópias;
- IV - Extrato bancário de conta específica e/ou de aplicação financeira, no qual deverá estar evidenciado o ingresso e a saída de recursos, devidamente acompanhado da Conciliação Bancária, quando for o caso;
- V - Demonstrativo de Execução de Receita e Despesa, devidamente acompanhado dos comprovantes das despesas realizadas e assinado pelo dirigente e responsável financeiro da OSC;
- VI - Comprovante, quando houver, de devolução de saldo remanescente em até 10 dias após o término da vigência deste Termo de Colaboração;
- VII - Relatório circunstanciado das atividades desenvolvidas pela OSC no exercício e das metas alcançadas.

6.3. No caso de prestação de contas parcial, os relatórios exigidos e os documentos referidos no item 6.1 deverão ser apresentados, exceto o relacionado no item VI.

7. DO PRAZO DE VIGÊNCIA

7.1. O presente Termo de Colaboração vigorará a 01 de janeiro de 2021 até 31 de dezembro de 2021 podendo ser prorrogado mediante solicitação da organização da sociedade civil, devidamente formalizada e justificada, a ser apresentada à Administração Pública em, no mínimo, trinta dias antes do termo inicialmente previsto.

7.2. A prorrogação de ofício da vigência deste Termo de Colaboração será feita pela Administração Pública quando ela der causa a atraso na liberação de recursos financeiros, limitada ao exato período do atraso verificado.

8. DAS ALTERAÇÕES

8.1. Este Termo de Colaboração poderá ser alterado, exceto quanto ao seu objeto, mediante a celebração de Termos Aditivos, desde que acordados entre os parceiros e firmados antes do término de sua vigência.

8.2. O plano de trabalho da parceria poderá ser revisto para alteração de valores ou de metas, mediante termo aditivo ao plano de trabalho original.

9. DO ACOMPANHAMENTO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO

9.1. A Administração Pública promoverá o monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto da parceria, podendo valer-se do apoio técnico de terceiros, delegar competência ou firmar parcerias com órgãos ou entidades públicas.

9.2. A Administração Pública acompanhará a execução do objeto deste Termo de Colaboração através de seu gestor/fiscal FÁBIO MEDEIROS DE FREITAS, designado para este Termo de Parceria, que tem por obrigações:

- I - Acompanhar e fiscalizar a execução da parceria;
- II - Informar ao seu superior hierárquico a existência de fatos que comprometam ou possam comprometer as atividades ou metas da parceria e de indícios de irregularidades na gestão dos recursos, bem como as providências adotadas ou que serão adotadas para sanar os problemas detectados;
- III - Emitir parecer conclusivo de análise da prestação de contas mensal e final, com base no relatório técnico de monitoramento e avaliação de que trata o art. 59 da Lei Federal nº 13.019/2014;
- IV - Disponibilizar materiais e equipamentos tecnológicos necessários às atividades de monitoramento e avaliação.

9.3. A execução também será acompanhada por Comissão de Monitoramento e Avaliação, especialmente designada.

9.4. A Administração Pública emitirá relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria e o submeterá à Comissão de



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO
Proc. Adm. nº 2110/2020 – INEXIGIBILIDADE N. 005/21

Inexigibilidade nº 05 Fls 083

Secretaria de Licitações e Contratos

Monitoramento e Avaliação designada, que o homologará, independentemente da obrigatoriedade de apresentação da prestação de contas pela OSC.

9.5. O relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria, sem prejuízo de outros elementos, conterá:

- I - descrição sumária das atividades e metas estabelecidas;
- II - análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho;
- III - valores efetivamente transferidos pela Administração Pública;
- IV - análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentados pela OSC na prestação de contas, quando não for comprovado o alcance das metas e resultados estabelecidos neste Termo de Colaboração.
- VI - Análise de eventuais auditorias realizadas pelos controles interno e externo, no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de suas conclusões e das medidas que tomaram em decorrência dessas auditorias

9.6. No exercício de suas atribuições o gestor e os integrantes da Comissão de Monitoramento e Avaliação poderão realizar visita in loco, da qual será emitido relatório.

9.7. Sem prejuízo da fiscalização pela Administração Pública e pelos órgãos de controle, a execução da parceria será acompanhada e fiscalizada pelo conselho de política pública correspondente.

9.8. Comprovada a paralisação ou ocorrência de fato relevante, que possa colocar em risco a execução do plano de trabalho, a Administração Pública tem a prerrogativa de assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto, de forma a evitar sua descontinuidade.

10. DA RESCISÃO

10.1. É facultado aos parceiros rescindir este Termo de Colaboração, devendo comunicar essa intenção no prazo mínimo de 60 (sessenta) dias de antecedência, sendo-lhes imputadas as responsabilidades das obrigações e creditados os benefícios no período em que este tenha vigido.

10.2. A Administração poderá rescindir unilateralmente este Termo de Colaboração quando da constatação das seguintes situações:

- I - Utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho aprovado;
- II - Retardamento injustificado na realização da execução do objeto deste Termo de Colaboração;
- III - Descumprimento de cláusula constante deste Termo de Colaboração.

11. DA RESPONSABILIZAÇÃO E DAS SANÇÕES

11.1. O presente Termo de Colaboração deverá ser executado fielmente pelos parceiros, de acordo com as cláusulas pactuadas e a legislação pertinente, respondendo cada um pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

11.2. Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à OSC da sociedade civil as seguintes sanções:

- I - advertência;
- II - suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos;
- III - declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II.

Parágrafo único. As sanções estabelecidas nos incisos II e III são de competência exclusiva de Secretário Municipal, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de dez dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após dois anos de aplicação da penalidade.

12. DO FORO E DA SOLUÇÃO ADMINISTRATIVA DE CONFLITOS

12.1. O foro da Comarca de São Jerônimo é o eleito pelos parceiros para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Termo de Colaboração.

12.2. Antes de promover a ação judicial competente, as partes, obrigatoriamente, farão tratativas para prévia tentativa de solução administrativa. Referidas tratativas serão realizadas em reunião, com a participação da Procuradoria/Assessoria de



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO
Proc. Adm. nº 2110/2020 – INEXIGIBILIDADE N. 005/21

Município, da qual será lavrada ata, ou por meio de documentos expressos, sobre os quais se manifestará a Procuradoria/Assessoria do Município.

13. DISPOSIÇÕES GERAIS

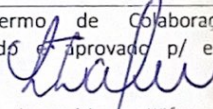
13.1. Faz parte integrante e indissociável deste Termo de Colaboração o plano de trabalho anexo. E, por estarem acordes, firmam os parceiros o presente Termo de Colaboração, em 03 (três) vias de igual teor e forma, para todos os efeitos legais.

Município de São Jerônimo, 02 de fevereiro de 2021.

MUNICIPIO DE SÃO JERÔNIMO:
ALESSANDRA STREB SOARES AZZI ARAUJO
SECRETARIA DE GOVERNO

CONVENENTE:

ANA ERCILIA DA CUNHA LOPES
PRESIDENTE /APAE

Este Termo de Colaboração foi
Examinado e aprovado p/ esta Ass.
Jurídica. 
Lucas Manito Käfer
OAB/RS 82.969

TESTEMUNHAS: _____ // _____



9.4 Os casos omissos e situações não previstas serão resolvidos pela Comissão designada.

São Jerônimo, 03 de fevereiro de 2021.

Evandro Agiz Heberle
 Prefeito Municipal
Alessandra Streb Soares Azzi de Araújo
 Secretária de Governo

EXTRATO DO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 004/2021

MODALIDADE: INEXIGIBILIDADE Nº 005/21 – PROC. ADM. Nº 2110/2020

ENTIDADE: APAE- ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SÃO JERÔNIMO (OSC)

CNPJ N. 07.795.019/0001-10

OBJETO: Firmar parceria voluntária com a cedência de 06 (seis) professores, 05 (cinco) estagiários e 01 (uma) servente, bem como, o fornecimento de transporte escolar a todos os matriculados na instituição e cessará a OSC o valor mensal de R\$ 4.310,63 (quatro mil, trezentos e dez reais e sessenta e três centavos), totalizando em R\$ R\$ 51.727,56 (cinquenta e um mil, setecentos e vinte e sete reais e cinquenta e seis centavos), contribuindo na manutenção da referida entidade e ampliação do número de atendimentos, conforme Plano de Trabalho.

VIGÊNCIA: 01/01/2021 a 31/12/2021

FISCAL: Fabio Medeiro de Freitas

São Jerônimo, 03 de fevereiro de 2021.

Alessandra Streb Soares Azzi de Araújo
 Secretária de Governo

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 247/2017

Pregão Presencial 142/2017

Contratada: **TECMIDIAWEB EIRELI**

CNPJ: 09.049.228/0001-40

Objeto: Prorrogar e reajustar o preço do contrato de serviços de Internet Via Fibra Ótica, para prédios da Prefeitura Municipal de São Jerônimo. Valor mensal reajustado: R\$ 2.629,09

Vigência: Iniciando em 14/12/2020 e encerrando em 13/12/2021, ou até a emissão de ordem de início de novo contrato.

Fundamento Legal: Artigo 57, inciso II e artigo 65, § 8º da Lei Federal 8.666/93

Data: 09/12/2020

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 236/2017

Inexigibilidade 073/2017

Contratada: **TECMIDIAWEB EIRELI**

CNPJ: 09.049.228/0001-40

Objeto: Prorrogar o contrato de fornecimento de internet via rádio, com porta de entrada incluindo suporte técnico e manutenção, em comodato, no interior do município.

Vigência: Iniciando em 01/01/2021 e encerrando em 09/11/2021, ou até a emissão de ordem de início de novo contrato.

Fundamento Legal: Artigo 57, inciso II da Lei Federal 8.666/93

Data: 29/12/2020

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 260/2018

Inexigibilidade 099/2018

Contratada: **TECMIDIAWEB EIRELI**

CNPJ: 09.049.228/0001-40

Objeto: Prorrogação do contrato de fornecimento de serviço adicional de IP FIXO no prédio da Prefeitura Municipal.

Vigência: Iniciando em 01/01/2021 a 02/10/2021, em conformidade com o contrato 247/2017, o qual o contrato 260/2018 é vinculado, ou até a emissão de ordem de início de novo contrato.

Fundamento Legal: Artigo 57, inciso II da Lei Federal 8.666/93

Data: 29/12/2020

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 213/2018

Pregão Presencial 115/2018

Contratada: **TECMIDIAWEB EIRELI**

CNPJ: 09.049.228/0001-40

Objeto: Prorrogação do contrato de fornecimento serviços de Internet Via Fibra Ótica, para prédios da Prefeitura Municipal de São Jerônimo.

Vigência: Iniciando em 01/01/2021 e encerrando em 05/09/2021, ou até a emissão de ordem de início de novo contrato.

Fundamento Legal: Artigo 57, inciso II da Lei Federal 8.666/1993

Data: 29/12/2020

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 214/2018

Pregão Presencial 115/2018

Contratada: **TKNET TELECOM LTDA-ME**

CNPJ: 04.551.447/0001-00

Objeto: Prorrogação do contrato de fornecimento serviços de Internet Via Fibra Ótica, para prédios da Prefeitura Municipal de São Jerônimo.

Vigência: Iniciando em 01/01/2021 e encerrando em 17/09/2021, ou até a emissão de ordem de início de novo contrato.

Fundamento Legal: Artigo 57, inciso II da Lei Federal 8.666/1993

Data: 29/12/2020

TERMO DE RATIFICAÇÃO DO PARECER JURÍDICO

Proc. Adm. nº 885/2020

IMPUGNAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/21

Site: www.pregaonlinebanrisul.com.br.

Objeto: Registro de preços para a manutenção e instalação de aparelhos de ar condicionado, conforme especificações descritas no anexo I.

IMPUGNAÇÃO: Empresa GRM BAR E RESTAURANTE EIRELI - CLIMATEC

RAZÕES: 1) QUANTO A NÃO EXIGÊNCIA DE EMPRESA DEVIDAMENTE CADASTRADA EM ORGÃO COMPETENTE PARA REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS.

2) QUANTO A NÃO EXIGÊNCIA DE POSSUIR RESPONSÁVEL TÉCNICO DEVIDAMENTE CADASTRADO NO ORGÃO COMPETENTE VINCULADO A EMPRESA.

O MUNICÍPIO DE SÃO JERÔNIMO RS, torna público para conhecimento dos interessados que, RATIFICA os termos do PARECER JURÍDICO: